ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Antídio Lunelli - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer – Julio Garcia - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark – Maurício Peixer - Mauro De Nadal – Napoleão Bernardes - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Julio Garcia
Deputado Lucas Neves

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

****

Breves Comunicações

DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES (Orador) – Manifestou reconhecimento à importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e destacou sua contribuição para a geração de empregos, renda e oportunidades.

Mencionou que esses empreendimentos representam 88% das empresas ativas no Estado, respondem por aproximadamente 43% do Produto Interno Bruto (PIB) catarinense e concentram cerca de 42% dos empregos formais.

Ressaltou o protagonismo de Blumenau na criação do movimento de defesa das micro e pequenas empresas, que contribuiu para a inclusão

do tratamento diferenciado previsto no artigo 179 da Constituição Federal.

Destacou a apresentação de projeto de lei que propõe elevar de R$ 80 mil para R$ 160 mil o limite das contratações públicas destinadas prioritariamente aos pequenos negócios, com previsão de atualização anual, visando corrigir a defasagem inflacionária e ampliar as oportunidades de participação nas compras governamentais. Esclareceu que a proposta não implica a criação de novas despesas, mas busca transformar os recursos já destinados às contratações públicas em instrumentos de fortalecimento da economia catarinense.

Defendeu a ampliação do acesso das micro e pequenas empresas à tecnologia, inovação, crédito, qualificação e novos mercados.

Enfatizou que o crescimento dos pequenos negócios representa o fortalecimento das famílias, das comunidades e da economia estadual e reconheceu a dedicação e o empreendedorismo daqueles que contribuem para o desenvolvimento de Santa Catarina. *[Taquigrafia: Jênifer]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Defendeu uma reflexão sobre a possibilidade de Santa Catarina se tornar um Estado sem cocaína, relacionando esse objetivo ao cumprimento, pela Polícia Federal, de sua atribuição constitucional de combater o tráfico internacional e interestadual de drogas.

Em seguida, criticou a Proposta de Emenda Constitucional voltada à segurança pública, que, segundo sua avaliação, poderia prejudicar Santa Catarina ao ampliar a centralização federal da coordenação das polícias civis e militares. Argumentou que o Estado possui um modelo próprio de segurança pública, com instituições que desempenham adequadamente suas funções e apresentam resultados positivos.

Manifestou preocupação com a possibilidade de transferência de responsabilidades estaduais para o Governo federal, especialmente em um contexto de crise na segurança pública. Ressaltou o trabalho histórico das polícias Civil, Militar, Penal e

Científica de Santa Catarina e destacou a importância de aprimorar a investigação criminal, sobretudo diante dos baixos índices nacionais de esclarecimento de homicídios.

Defendeu que os parlamentares estaduais pressionem seus partidos e representantes no Congresso Nacional para preservar a autonomia dos Estados e cumprir compromissos assumidos durante as campanhas eleitorais. Nesse contexto, retomou o princípio de "menos Brasília e mais Brasil", sustentando que as decisões devem respeitar as particularidades e competências de cada unidade federativa.

Além da segurança pública, o Deputado criticou aspectos da reforma tributária que, em sua interpretação, eliminariam a competitividade fiscal entre os Estados. Argumentou que Santa Catarina, por apresentar equilíbrio financeiro, consegue oferecer incentivos para atrair empresas, enquanto outros estados dependeriam de auxílio federal. Para ele, nivelar todas as unidades federativas reduziria as vantagens dos Estados que adotaram uma gestão fiscal responsável e faria os catarinenses contribuírem para cobrir os efeitos de decisões administrativas tomadas em outras regiões.

Reafirmou sua oposição à concentração de poder em Brasília, associando-a a riscos para a democracia, a estabilidade econômica e a ordem social e política. Apresentou Santa Catarina como exemplo de responsabilidade fiscal, resumida na ideia de gastar menos do que se arrecada. Afirmou que o Estado teria aprovado, nos quatro anos anteriores, medidas relevantes para seu desenvolvimento, inclusive de forma unânime e sem submissão dos interesses públicos às disputas eleitorais. Criticou estados que, em sua avaliação, não adotaram o mesmo comportamento fiscal e que agora buscariam repartir suas dificuldades com Santa Catarina.

Por fim, atribuiu aos eleitores responsabilidade pelos resultados dos governos escolhidos nas urnas, defendendo que o voto produz consequências e exige avaliação criteriosa dos

candidatos. Sustentou que a participação popular deve continuar após as eleições, mediante colaboração responsável com prefeitos, vereadores, governadores, deputados e senadores, apontando essa atuação conjunta como caminho para a prosperidade de Santa Catarina e do Brasil.

Deputado Napoleão Bernardes (Aparteante) - Parabenizou o Deputado Sargento Lima por sua atuação em defesa de Santa Catarina no Congresso Nacional e manifestou concordância com as críticas à proposta de ampliação da intervenção federal na segurança pública. *[Taquigrafia: Yasmim]*

****

Partidos Políticos

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

****

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0066/2026 e 0081/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0286/2026, de autoria do Deputado Jerry Comper, que declara de utilidade pública a Associação dos Técnicos de Imobilização Ortopédica, Socorristas e Profissionais da Saúde do Estado de Santa Catarina, de Itapema, SC e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o

Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0417/2026, de autoria do Deputado Camilo Martins, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Governador Celso Ramos, do Município de Governador Celso Ramos, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0631/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera emendas parlamentares impositivas constantes do Anexo II da Lei nº 19.683, de 2026, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2026, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0280/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando ao Coordenador da Bancada Catarinense no Congresso Nacional, apelo para que empreenda esforços junto aos parlamentares da respectiva bancada para a derrubada do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.675, de 2023, que dispõe sobre o exercício da atividade de psicopedagogia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0281/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves, manifestando aos Bombeiros Militares 3º Sargento Mancilla, Soldado Martins, Soldado Cristian e Soldado Dos Santos, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0282/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando ao Policial Militar Soldado Rosemberg Pereira, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0283/2026, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aos Policiais Militares 3º Sargento Rafael Adrian Schmitz e Cabo Edson de Freitas Lisboa, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h13, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]